TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Inscrição CNPJ: 21.154.877/0001-07 Coordenadoria de Débito e Multa

Certidão de Débito nº 00509/2019

CERTIDÃO DE DÉBITO

Certificamos, para fins do disposto nos arts. 71, § 3°, da Constituição Federal, 76, § 3°, da Constituição Estadual, e 75 da Lei Complementar nº 102, de 17/01/2008, publicada no "MG" de 18/01/2008, que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em decisão prolatada em Sessão da Primeira Câmara, realizada em 30/10/2018, nos termos do Acórdão de fls. 598/601, publicado no "DOC" de 29/11/2018, constante do Processo n. 1.007.455 – Tomada de Contas Especial, instaurada pela Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE, para apurar fatos, identificar possíveis responsáveis e quantificar dano na prestação de contas dos Convênios n.s 908/2011 e 1223/2011, celebrados com o Instituto Avança Brasil, determinou a restituição aos cofres do Estado de Minas Gerais, pela Sra. Flaviane Gomes Tiago, CPF: 094.296.796-86, Presidente do Instituto, na época, residente e domiciliada na Rua Antônio Martins dos Anjos, 92, Vila Santo Antônio de Pádua, Sabará, MG, CEP: 34.515-460, no valor histórico de R\$4.737,06 (quatro mil setecentos e trinta e sete reais e seis centavos), que corrigido monetariamente e acrescido de juros perfaz a quantia de R\$36.977,29 (trinta e seis mil novecentos e setenta e sete reais e vinte e nove centavos), da importância referente aos recursos recebidos por força do convênio n. 908/2011, celebrado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social em razão da omissão do dever de prestar contas, decotados os valores já devolvidos referentes ao citado convênio bem como a importância relativa ao Convênio 1223/2011 (fls. 159/160, 165,167, 220, 477 e 490). Certificamos, ainda, que o valor foi atualizado e acrescido de juros nos termos da memória de cálculo que integra a presente certidão. É o que consta do mencionado processo. Eu, Simara Maria Antunes Vieira, TC 1118-2, Analista de Controle Externo, extraí a presente certidão que assino aos 18 do mês de junho de 2019. E eu, Andréa Leão Pinto, TC 1643-5-5, Coordenadora de Débito e Multa, em exercício, a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Débito e Multa

CERTIDÃO: 00509/2019
PROCESSO: 1007455
EXERCÍCIO: 2017

NATUREZA: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DECISÃO: PRIMEIRA CÂMARA de 30/10/2018

PUBLICAÇÃO: DOC de 29/11/2018

TRÂNSITO EM JULGADO: 19/02/2019 RESPONSÁVEL: FLAVIANE GOMES TIAGO

CPF: 094.296.796-86

Restituição

Restituição, aos cofres estaduais, da importância referente aos recursos recebidos por força do convênio n. 908/2011, celebrado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social em razão da omissão do dever de prestar contas, decotados os valores já devolvidos referentes ao citado convênio bem como a importância relativa ao Convênio 1223/2011 (fls.159/160, 165,167, 220, 477 e 490).

Soma valor(es) histórico(s): R\$ 4.737,06

Mês/AnoValor HistóricoÍndice de CorreçãoJurosValor Corrigido06/12/2011R\$ 20.000,001,535256291,0 %R\$ 58.646,7830/11/2016R\$ -15.262,941,083775431,0 %-R\$ 21.669,49

Valor total devido da(s) restituição(ões): R\$ 36.977,29

Somatório do valor devido da(s) restituição(ões): R\$ 36.977,29

Os valores foram corrigidos pela tabela da Corregedoria Geral de Justiça, disponibilizada no Diário do Judiciário Eletrônico de 10/06/2019, conforme Resolução 13/95 deste Tribunal.

Neste ressarcimento foram aplicados juros de 91.0% cobrados a partir de 06/12/2011 e 31.0% cobrados a partir de 30/11/2016.

Os juros foram cobrados em conformidade com o art. 254 da Res. nº 12/2008 (RITCEMG) c/c art. 25 da IN nº 3/2013, sendo de 0,5% (meio por cento) até 10/01/2003 e de 1% (um por cento) a partir de 11/01/2003 (art. 1.062 do Código Civil de 1916 e art. 406 do Código Civil de 2002.

Técnico Responsável: SIMARA MARIA ANTUNES VIEIRA, TC-11182